

2. Capítulo 2

João do Rio nasceu em 5 de agosto de 1881. Morreu em 21 de junho de 1921. Com quarenta anos incompletos de vida, deixou uma impressionante gama de reportagens, além de crônicas, um romance, contos e peças de teatro. São milhares de narrativas publicadas em diversos periódicos, do Rio e de São Paulo (muitas delas posteriormente publicadas em livros), por intermédio das quais revolucionou a maneira de fazer jornalismo no Brasil. Portanto, para dar início ao que será investigado – o esforço de João do Rio pelo estreitamento de laços entre o Brasil e Portugal – este capítulo inicial faz uma breve investigação sobre o panorama cultural, econômico e político do Rio de Janeiro no final do século XIX e nos 20 primeiros anos do século XX, sem que seja enfatizada uma ou outra data histórica, especificamente.

Paulo Barreto também não entrará em cena, neste momento. A idéia central deste capítulo introdutório é analisar como os seus contemporâneos pensavam o Brasil como nação. Para esse fim, parte-se do princípio de que, para analisar a idéia de nação brasileira (presumindo-se que o conceito de nação é um artefato historicamente construído, nas palavras de Benedict Anderson),⁴² eles se lançaram ao desafio de lidar com a presença de uma cultura compreendida como herança – colonial e autóctone –, que ora se convertia em lastro para as gerações vindouras, ora em impedimento à realização de um país em compasso com a contemporaneidade.⁴³

A questão, portanto, se resume em avaliar como estes homens negaram, afirmaram ou ressemantizaram uma cultura sentida como herança. Essa percepção estimulou aqueles pensadores a elaborar inúmeras interpretações sobre o Brasil, sendo esse exercício de refletir sobre a questão nacional colocado a serviço de um discurso ideológico que tinha como principal objetivo explicar um país percebido como um jovem carente de identidade. Um jovem herdeiro sedento por respostas, atormentado por uma “essência” constituída por forças antagônicas, que procura sofregamente dar conta de uma realidade complexa,

⁴² ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo. Ática, 1989.

⁴³ GOMES, Renato Cordeiro. “Que faremos com esta tradição? Ou: Relíquias da Casa Velha”. In: MARGATO, Izabel (org.). *Figuras da lusofonia*. Lisboa: Instituto Camões, 2002, pp. 126-141.

para isso revendo constantemente os papéis de colonizador e de colonizado. Uma vida espiritual um tanto atormentada. E será a partir desta ótica que será examinada a sedimentação do antilusitanismo no Brasil, no caso em sua “capital irradiante”,⁴⁴ nas duas primeiras décadas do século XX,⁴⁵ força motriz da atuação de João do Rio em favor dos portugueses e da aproximação entre o Brasil e Portugal.

2.1.

Projeto nacional e herança cultural: entre compasso e desilusão

O Rio de Janeiro no alvorecer de 1900 era uma cidade em conflito com a contemporaneidade, na acepção das elites urbanas. Se, por um lado, conviviam-se com práticas sociais consideradas anacrônicas, típicas de um centro urbano ainda colonial, por outro a neurastenia característica de um cotidiano tributário da modernidade incipiente espelhava o ritmo crescente e irreversível das mudanças. O centro da cidade, cuja efervescência se concentrava no vaivém de pessoas na Rua do Ouvidor, já em 1904 transfere-se para a esplendorosa Avenida Central, inaugurada com pompa e circunstância pelo prefeito Pereira Passos em bonde sobre trilhos a desfilar pelo novo bulevar, aberto ao estilo Haussmann. Toda a vida citadina dobra-se à força e ao ruído das picaretas, enquanto nuvens de pó recobrem os escombros da cidade velha e as moradias dos pobres, dali despejados sem destino e endereço pré-estabelecidos. As autoridades, sôfregas por uma cidade em compasso com seus modelos externos, com Paris em especial, fazem da força e da ordem os instrumentos para operar, a sangue frio, o corpo da capital do país.

No embalo desse furor em prol do progresso, a antiga cidade colonial de feitiço português, nascida ao redor do porto, veio abaixo e com ela as habitações ali fixadas desde os primórdios da ocupação da cidade. A grande imprensa saudava a nova fase com a sugestiva alcunha de “Regeneração”. Afinal, a capital

⁴⁴ A expressão é de Nicolau Sevcenko.

⁴⁵ Período da atuação intelectual de Paulo Barreto no cenário político e cultural do Rio de Janeiro. Vale destacar que o “político” é compreendido não no sentido estrito do termo, de política dos partidos, atividade fim dos políticos. Para os homens de letras do período analisado neste trabalho, o exercício literário estava diretamente relacionado à tarefa de pensar a questão nacional, o que fazia do trabalho intelectual um meio de intervenção política.

se reerguia à imagem e semelhança do mundo civilizado europeu, que chegava aos borbotões com o comércio ultramarino e a conseqüente importação de produtos para consumo próprio e de modismos copiados da capital cultural do mundo, Paris. Explica-nos Sevcenko: “a nova filosofia financeira nascida com a República reclamava a remodelação dos hábitos sociais e dos cuidados pessoais. Era preciso ajustar a ampliação local dos recursos pecuniários com a expansão geral do comércio europeu”.⁴⁶

As reformas urbanas, financiadas com os recursos do governo do presidente Rodrigues Alves (1903-1908) promoveram a demolição de centenas de cortiços e casas de comércio para a construção da Avenida Central – rua com 33 metros de largura e 1.800 metros de extensão, dimensão espantosa para a época. A nova via ligaria o novo cais (cuja construção botaria abaixo duas mil habitações em 1904) no sopé do Morro de São Bento, à Praia de Santa Luzia. No século que se principiava, seriam demolidos os morros do Castelo, Senado e Santo Antônio, e iniciada a construção das avenidas Beira-Mar e Atlântica.

Simultaneamente, a população urbana crescia a um ritmo vertiginoso, em função da migração de ex-escravos da zona rural e da imigração estrangeira. O saneamento da cidade empreendido por Oswaldo Cruz, com o gradativo controle da cólera e da febre amarela, aumentava a oferta de mão-de-obra e o mercado consumidor, favorecendo a expansão industrial.

Por sua vez, o quadro econômico era promissor. Como 15º maior porto do mundo em volume de comércio e terceiro em importância no continente americano (depois de Nova Iorque e Buenos Aires), o Rio assume papel privilegiado na intermediação de recursos da economia cafeeira, uma vez que detém grande parcela da rede ferroviária nacional – que ligava a capital às regiões Norte e Sul e ao Oeste da nação – e abriga a sede administrativa da nação. Esta onda de crescimento espalharia, ao longo da década, seus tentáculos por sobre todo o território e as instituições nacionais, incluindo a reorganização da marinha mercante, a constituição de uma expedição para mapear e ligar telegraficamente o sertão com o centro administrativo do país e a reequipagem do Exército e da

⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 28.

Marinha de Guerra.⁴⁷ Mais do que nunca, as reformas urbanas tornavam-se imprescindíveis, pois

o antigo cais não permitia que atracassem os navios de maior calado que predominavam então, obrigando a um sistema lento e dispendioso de transbordo. As ruelas estreitas, recurvas e em declive, típicas de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o terminal portuário, os troncos ferroviários e a rede de armazéns e estabelecimentos do comércio de atacado e varejo da cidade. As áreas pantanosas faziam da febre tifóide, impaludismo, varíola e febre amarela, endemias inextirpáveis.⁴⁸

Tais características faziam do Rio de Janeiro um centro urbano belo e ao mesmo tempo atípico no século que se iniciava. Baía, lagoas, rios, praias e montanhas – contrastando o verde das matas com o azul do mar – escondiam os entraves físicos impostos ao desenvolvimento econômico pela natureza. Para a nova classe emergida com o Encilhamento, a imagem da cidade colonial, as habitações humildes na área central, as barracas, os quiosques varejistas, os restaurantes populares antagonizavam com a ânsia modernizadora, em prol do progresso e da civilização. Como observa o escritor português Manuel de Souza Pinto, em visita ao Rio, em 1905, na crônica “O bota-abaixo”:

aberta a avenida, que, em sua salutar e livre amplidão, fazia perdidos os protestos teimosos dos renitentes, ganhou toda esta cidade, ardentemente entusiasta, uma ânsia furiosa de reforma, de novidade, de derruir e renovar. Após essa avenida Central, pensou-se logo noutra, estupenda e inigualável, a avenida à beira-mar, que, rodeando a cidade em toda a sua periferia, como um colar radioso envolve em brilho sedutor o pescoço de mulher, virá de ponta a ponta, colada ao mar e fechando a terra, transformar a margem magnífica desta cidade tão caprichosamente recortada num passeio infinito e surpreendente.⁴⁹

Com as reminiscências da Revolta da Armada⁵⁰ e da Reação Florianista de 1893⁵¹ já distantes do cenário sociocultural e político, recomposto o quadro

⁴⁷ NEEDELL, Jeffrey. *Op. cit.*

⁴⁸ SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*, p. 28.

⁴⁹ BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 4ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004, p. 355.

⁵⁰ Em 1894 forças da Marinha contrárias a Floriano Peixoto refugiaram-se em duas corvetas portuguesas fundeadas na Baía de Guanabara. O comandante Augusto de Castilho deu-lhes asilo e os levou para Buenos Aires, de onde foram juntar-se às tropas revolucionárias no Rio Grande de Sul. Floriano rompeu relações diplomáticas com Portugal.

⁵¹ Jeffrey Needell explica o que se seguiu entre a Proclamação da República e o início do governo de Campos Sales: “em 1889, após o golpe militar, instalou-se um Governo Provisório. Dois anos depois, uma Assembléia Constituinte elaborou uma Constituição federal e obedientemente elegeu Deodoro como presidente e Floriano como vice. No mesmo ano, Deodoro tentou um golpe contra

econômico com Campos Sales (1898-1902) e extirpadas as ameaças de retorno da Monarquia,⁵² o Rio torna-se mundano e cosmopolita e as classes aburguesadas embriagadas dos modelos de prestígio trazidos da Europa. No caldeirão de anseios de uma elite que se queria concatenada com as tendências externas mais recentes, importava-se e consumia-se de tudo, desde figurinos, mobiliários e roupas, até as opções de lazer, as escolas filosóficas e o comportamento. O desfrute das ruas, praças e jardins, apagada do meio físico a lembrança da era colonial, era o que de mais moderno havia. À classe alijada de suas moradias, e, conseqüentemente, afastada da zona *chic*, pertenciam as reminiscências culturais do antigo regime, lembranças que se queriam excluídas da realidade brasileira. “Pereira Passos atacou algumas tradições cariocas. Proibiu a venda ambulante de alimentos, o ato de cuspir no chão dos bondes, e exposição de carnes na porta dos açougues, assim como uma série de outros costumes “bárbaros” e “incultos””.⁵³ Nascia a *belle époque* na capital da República.

2.2. Rio, um centro atrativo para os imigrantes

Observando os acontecimentos que promoveram tais transformações, percebe-se que o crescente desenvolvimento da cafeicultura e sua afirmação como principal atividade da economia brasileira, entre 1850 e 1890, manteve o país em situação financeira estável, tanto com relação à balança comercial quanto em termos orçamentários. A expansão cafeeira representava o setor dinâmico da

o primeiro Congresso, desarticulado por um contragolpe de Floriano, que assumiu a Presidência. Em 1893, uma guerra civil no Rio Grande do Sul antecedeu uma revolta naval no porto do Rio, os líderes dos dois levantes se aliaram, e combateram ferozmente a República até 1895. Em 1896, uma rebelião no interior da Bahia transformou-se, em virtude das repetidas derrotas republicanas, em ameaça de grandes proporções, exigindo enorme esforço do Exército para ser sufocada em 1897. No mesmo ano, o primeiro presidente civil escapou por pouco de ser assassinado por um oficial subalterno”. *Op. cit.*, p. 29.

⁵² A Revolta da Armada, a Revolta Federalista do Rio Grande do Sul e a Guerra de Canudos foram tomadas como ameaças à afirmação do regime republicano por uma suposta tentativa de restauração da Monarquia.

⁵³ *Idem, ibidem*, p. 57. A pesquisa historiográfica e econômica amparou-se especialmente nas obras *Belle Époque Tropical*, de Jeffrey Needell, *Literatura como missão*, de Nicolau Sevcenko, *História Econômica do Brasil*, de Caio Prado Júnior e *História Econômica*, de Francisco de B. B. de Magalhães Filho. Não está contemplada, no escopo deste trabalho, a investigação do quadro agroexportador brasileiro no final do século XIX, tampouco o aprofundamento das questões que alimentavam o debate político das oligarquias estaduais. Isso já foi feito de forma brilhante por estes e outros autores, com riqueza de dados. Meu interesse é estabelecer um solo histórico a fim de abordar as relações luso-brasileiras no período, com segurança e consistência de informações.

economia, e seus excedentes tendiam a ser reaplicados na sua própria expansão e nos setores secundários e terciários vinculados a ela. Começaram então a fazer parte deste mercado empresas pequenas, que utilizavam tecnologia própria e produziam artigos de qualidade irregular, limitados aos mercados mais próximos.

Paralelamente a este fator, o crescimento da participação da mão-de-obra assalariada na cafeicultura – acentuada com a elevação dos preços dos escravos desde o arrefecimento do tráfico, e a imigração européia – criara um mercado interno para produtos industriais de preços baixos, atraindo capitais para as empresas que se destinavam a suprir a crescente demanda. Fortaleciam-se assim as incipientes indústrias de produtos alimentícios, de tecidos de algodão, bebidas, madeira, móveis, fumo, charutos e cigarros, artigos de couro, roupas e chapéus. Mesmo com as dificuldades de importação, fábricas e pequenas indústrias obtiveram créditos e compraram no exterior a maquinaria e o equipamento necessários para o seu fortalecimento. Muitos desses empresários eram imigrantes, principalmente portugueses, que tentavam utilizar sua experiência artesanal anterior na atividade comercial e industrial urbana.

Já na última década do século XIX, a imigração européia para o Brasil, atraída em parte pelo desempenho favorável da economia e pelo futuro potencial do país, constituiu-se em fator preponderante para o progresso e a industrialização, que progredia com base na substituição das importações. No período, a população aproximava-se de meio milhão de habitantes, o mercado interno fortalecia-se com o aumento do número de assalariados brasileiros e imigrantes, “o valor da moeda caíra para a compra de produtos importados e a mão-de-obra barata afluía não apenas das áreas rurais, mas também de Portugal e da Itália”.⁵⁴ É importante ressaltar que entre 1835 e 1855 entraram no Brasil 366 mil imigrantes, sendo 284 mil portugueses. Estes não atravessavam o Atlântico em busca de colônias de povoamento – onde o imigrante recebia uma determinada extensão de terra para cultivar com a família – mas sim à procura de empregos urbanos e rurais.⁵⁵

⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 31.

⁵⁵ MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. de. *História econômica*. São Paulo: Saraiva, 1983, pp. 304-305. Somente no início do século XX, precisamente em 19/04/1907, seria promulgada a Lei de Povoamento do Solo, que concedia aos colonos terras para cultivo com prazo longo para pagamento.

De acordo com o censo de 1890, 30% da população da cidade era composta de estrangeiros. Destes estrangeiros, 70%, ou seja, 106.461, eram portugueses. A presença portuguesa era particularmente forte em alguns setores da população. Em 1890 eles compunham 40% dos artesãos, 51% dos empregados no comércio e 53% dos empregados em transportes. Certas profissões eram quase monopólio português.⁵⁶

Como a maior concentração industrial localizava-se no Rio de Janeiro, em função do tamanho de seu mercado urbano e das facilidades de transporte para as províncias vizinhas, a crescente imigração e a conseqüente urbanização introduziram novas forças sociais, fortalecendo as camadas médias urbanas e fazendo aparecer os primeiros movimentos operários, organizados em centros e associações, e de pequenos agricultores. O comércio também passou a ser amplamente impulsionado pelo transporte ferroviário. Em 1888, as ferrovias brasileiras transportavam 7,3 milhões de passageiros, e 1,85 milhão de toneladas de carga. Em 1890, a malha ferroviária nacional já atingia 9.973 quilômetros de extensão.⁵⁷

No entanto, a recente – e, por isso, ainda precária - industrialização não impedia que o país convertesse o capital acumulado com as exportações na compra de produtos manufaturados e artigos de luxo estrangeiros. Paralelamente, a magnitude da economia cafeeira tornava as atividades a ela ligadas atraentes para os capitais estrangeiros. Em pouco tempo, britânicos, franceses e belgas começaram a dominar o comércio de exportação, as estradas de ferro, os portos, as transações financeiras com o exterior e os serviços urbanos de iluminação, transportes e saneamento. A força com que as economias européias se lançaram no país refletiu-se nos empréstimos concedidos ao governo brasileiro, na segunda metade do século XIX.

Se o panorama econômico instigava os anseios por consumo na classe dominante – os ricos fazendeiros de café do Sudeste, principalmente os cafeicultores paulistas –, que se via sufocada pela centralização política e econômica do período monárquico, o fortalecimento político da jovem República representava a chance de descentralização do sistema, a reversão da arrecadação para essa região e a eleição de governantes em consonância com os interesses

⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 79.

⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 307-308.

destes grupos. A República cresceu assim em um palco de economia especulativa, aberta ao capital estrangeiro, porém prisioneira da política econômica do Império, que no contexto da divisão internacional do trabalho situara o Brasil como produtor de gêneros agrícolas para exportação. Sendo a mão-de-obra fator abundante, o investimento em tecnologia – que precisava ser importada – era deixado em segundo plano. Conseqüentemente, a baixa produtividade, em função do emprego de técnicas rudimentares em sua maioria, gerava baixos salários e renda *per capita* igualmente reduzida, que impediam o país, principalmente sua capital, de se tornar fortemente industrializado e atrativo para o estabelecimento de indústrias voltadas para o seu mercado interno. Acrescenta Sevchenko:

Esse processo de desestabilização das regiões periféricas ao desenvolvimento industrial consagrou a hegemonia européia sobre todo o globo terrestre, que viu seus modos de vida, usos, costumes, formas de pensar, ver e agir sufocados pelos padrões burgueses europeus. Tende a realizar-se assim um processo de homogeneização das sociedades humanas plasmado pelas potências do Velho Mundo.⁵⁸

Não seria surpresa então a capital tornar-se cópia remodelada das grandes cidades da Europa. Por sua representatividade como centro administrativo e político, o Rio precisava figurar como vitrine do país e operar como um pólo atrativo para os capitais estrangeiros. Era imprescindível, mais do que nunca, embelezar a cidade, botar abaixo os entraves naturais, as instalações portuárias precárias e aniquilar os focos de doenças que lhe imprimiam a pérfida fama de “túmulo do estrangeiro”.

O fato é que a nova ordem burguesa demandava estratégias contundentes e pontuais que igualassem o Rio às cidades modernas da Europa, a fim de angariar para a capital, e mesmo para o país, investimentos e credibilidade. Afinal, em conseqüência do aparelho administrativo, o Rio se abria como maior centro financeiro do país, sendo a sede do Banco do Brasil e da maior parte dos grandes bancos, e também da Bolsa de Valores. Segundo Sevchenko, “a expressão ‘regeneração’ era por si só esclarecedora do espírito que presidiu esse movimento

⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 44.

de destruição da velha cidade, para complementar a dissolução da velha sociedade imperial, e de montagem da nova estrutura urbana”.⁵⁹

Contudo, mesmo com as transformações na qualificação da mão-de-obra, o incremento tecnológico e o cosmopolitismo da capital, a estratificação social foi pouco alterada: permanecia como detentora do poder político a elite agroexportadora. Em outras palavras, a base desta nova sociedade permanecia intocada, como atesta Needell: “população e empresários dos núcleos urbanos pagaram pelas políticas financeiras favoráveis à agricultura. Mais tarde, diversos elementos da elite latifundiária obteriam concessões e apoio financeiro do Estado, tanto sob Campos Sales (1898-1902) quanto sob seus sucessores.”⁶⁰

Vale ressaltar que ainda que a elite latifundiária mantivesse o predomínio político e financeiro no cenário nacional, nos últimos vinte anos do século XIX o desenvolvimento industrial do Rio de Janeiro propiciou o surgimento de uma camada urbana de setores médios, principalmente profissionais liberais, burocratas subalternos, empregados de escritório, pequenos lojistas e operários. Este último grupo, formado por anarquistas, socialistas e trabalhistas, de composição étnica heterogênea, pois congregava majoritariamente negros, mulatos e portugueses, mesmo organizado em núcleos de resistência não operava como fator de desestabilização da nova ordem burguesa. Sua própria formação heterogênea era fonte de atrito e obstáculo “à unidade do movimento, sempre ameaçado com a intensificação da imigração e a diversificação geral das etnias. Sua força de impacto não chega destarte a por em cheque o poder institucional”,⁶¹ sendo os protestos populares urbanos poli-classistas promotores de mais ressonância do que as paralisações operárias, como será verificado adiante.

Republicanos e abolicionistas presentes nas camadas sociais médias urbanas do Rio e também na elite rural da capital e de São Paulo consentiam em ressaltar os danos impostos à indústria, à agroexportação e à mobilidade social pelo antigo sistema agrário, moldado no período monárquico, baseado na mão de obra escrava e no latifúndio. A causa abolicionista, porque investia contra a centenária estrutura latifundiária, tanto aquela dominada pelas elites antigas, como pelas novas, atraía elementos urbanos da nação, ainda que seu discurso

⁵⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.* p. 31.

⁶⁰ NEEDELL, Jeffrey. *Op. cit.* p. 37.

⁶¹ SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.* p. 63 e nota p. 76.

revelasse certa relutância e dubiedade.⁶² No entanto, se para a população urbana do Rio, foco desta investigação, era imprescindível o enfraquecimento político dos fazendeiros e a desestabilização do poderio econômico dos comerciantes portugueses – considerados para a ala radical dos republicanos “usurpadores de empregos e exploradores dos brasileiros, através do controle que exerciam sobre grande parte do comércio e das casas de aluguel” –⁶³ para a elite paulista, tanto a urbana como a rural, interessava a hegemonia política e econômica e o fortalecimento dos negócios baseados no cultivo e na exportação do café na região.

o grupo paulista representa um complexo produtivo profundamente diferenciado da cafeicultura decadente do Rio de Janeiro e do Vale do Paraíba. Como zona mais nova, irá se beneficiar da maior produtividade física do cafeeiro, tendo solucionado, a partir do financiamento, com capital próprio – da expansão ferroviária, o maior obstáculo ao avanço da fronteira agrícola. O desenvolvimento do sistema ferroviário, introdução de maquinarias de beneficiamento e ensacamento, desenvolvimento de uma indústria têxtil para o fabrico de sacos e roupas de trabalho e de todo um complexo urbano de comercialização e financiamento e, talvez mais importante do que isso, a progressiva substituição do trabalho escravo pelo do imigrante europeu, tornam

⁶² Quando falo em dubiedade, não me refiro ao apelo dos abolicionistas, interessados de fato em aliviar o sofrimento dos negros, mas às forças políticas e sociais que a “instituição” da escravidão movia. Não é intenção deste trabalho analisar o discurso abolicionista, ou mesmo a escravidão, mas vale destacar as palavras de Alfredo Bosi e de José Murilo de Carvalho sobre o pensamento abolicionista. Para Bosi “até meados do século (XIX), o discurso, ou o silêncio de todos, foi cúmplice do tráfico e da escravidão. O seu liberalismo, parcial e seletivo, não era incongruente: operava a filtragem dos significados compatíveis com a liberdade intra-oligárquica e descartava as conotações inoportunas, isto é, as exigências abstratas do liberalismo europeu que não se coadunavam com as particularidades da nova nação. (...) Proclamada a República, sob o domínio do café, põe-se em marcha a *grande imigração*. Resolvera-se o problema do trabalho assalariado. Ma não a questão do ex-escravo, a questão do negro. (...) Quem a estudar deverá desfazer outro nó: não o que atou liberalismo e escravidão, mas o que ata liberalismo e preconceito”. BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 217-244-245.

Para Carvalho, “o aspecto mais contundente da difusão da propriedade escrava revela-se no fato de que muitos libertos possuíam escravos. Mesmo os escravos, embora repudiassem sua escravidão, uma vez libertos admitiam escravizar os outros. Que os senhores achassem normal ou necessária a escravidão, pode entender-se. Que os libertos o fizessem, é matéria para reflexão (...). A interpretação tradicional dos católicos, vigentes em Portugal e no Brasil, era que a Bíblia admitia a escravidão, que o cristianismo não a condenava. A escravidão que se devia evitar era a da alma, causada pelo pecado, e não a escravidão do corpo. No Brasil, a religião católica, que era oficial, não combatia a escravidão. Conventos, clérigos das ordens religiosas e padres seculares, todos possuíam escravos. O argumento da liberdade individual como direito inalienável era usado com pouca ênfase, não tinha a força que lhe era característica na tradição anglo-saxônica”. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 48-51.

⁶³ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, p. 21. O jacobinismo emerge com expressão no governo do marechal Floriano Peixoto, refletindo o radicalismo das forças em coesão para por fim à monarquia. A historiografia em geral aponta a Revolta da Armada (1893-1894) como o ponto alto do jacobinismo no início da República.

estreitos os horizontes do Império para a cafeicultura paulista, que passa a desenvolver um projeto próprio, que desemboca no Partido Republicano.⁶⁴

Se, por um lado, o grupo paulista investia contra a política centralista do Império e adotava estratégias modernas de produção e comercialização do café, por outro o abalo econômico provocado pelo Encilhamento, cujas práticas favoreciam o setor secundário (bancos, transportes, têxteis, etc.), concorreu para diluir a força dos republicanos cariocas. Por sua vez, aos paulistas interessava a conquista da independência econômica e da hegemonia política para São Paulo. Eles sabiam que a principal herança da Monarquia era a defesa dos interesses financeiros do Rio de Janeiro, já bastante debilitado pela queda do preço do café e o desgaste das terras cultivadas.

O Encilhamento, o enfraquecimento do poderio econômico e os conflitos políticos e sociais na capital (principalmente a Revolta da Armada) concorreram para a ascensão ao poder central da elite paulistana. Esse momento, que coincide com o governo de Campos Sales, encontrará esta elite com anseio de maior representatividade política e fortalecida economicamente. A tônica do discurso dos cafeicultores paulistas é o federalismo, instrumento desestabilizador da centralização imperial que reverteria para eles os frutos da arrecadação provenientes da exportação do café na região. O produto tinha migrado do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, para o sul de Minas e o oeste de São Paulo, onde terras mais férteis e o trabalho livre incentivado pela imigração em massa de italianos, subvencionada pelo governo central, tornavam o café o sustentáculo da exportação brasileira, seguido do açúcar e do algodão.

“A política começou a girar em torno dos dois pólos mais fortes, o do governo federal (...) e o dos estados, (...) máquinas políticas locais controladas pelas elites. (...) Perderam influência o setor médio urbano e os militares radicais (...)”⁶⁵. Ganhou forma, assim, a “política dos governadores”, amparada por um Congresso formado por deputados selecionados a dedo pelo governo central e em harmonia com os interesses das oligarquias estaduais. Jeffrey Needell sintetiza as sutilezas deste panorama político:

⁶⁴ COSTA, Wilma Peres. *Jacobinos*. Seminário Rio Republicano. Centro de Estudos Históricos da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, outubro de 1984, pp. 4-5.

⁶⁵ NEEDELL, Jeffrey. *Op. cit.*, p. 38.

pois o ano de 1898 assinala, no Rio de Janeiro e no resto do país, não só um novo começo, mas também o ressurgimento das forças tradicionais. O período revolucionário de 1880-97, marcado pela ascensão e derrota da reforma e da revolução sonhada pelos segmentos urbanos, desemboca no fracasso da tentativa de contenção do domínio exercido pela elite tradicional. Esta contenção representou um importante interregno, capaz de afetar a natureza e o curso dos movimentos abolicionista e republicano, sem destruir contudo os alicerces do poder das elites agrárias e de seus aliados, nem impedir a formação de um governo para atender aos anseios dos grupos mais poderosos. No ano de 1898, esses grupos instalaram-se solidamente no topo da hierarquia socioeconômica, triunfando sobre os desafios políticos radicais.⁶⁶

Como explica Needell, o ano de 1898, início do governo de Campos Sales, marca o fim dos ímpetus revolucionários das camadas médias urbanas do Rio de Janeiro, bastante expressivas e atuantes durante o governo de Floriano Peixoto (1891-1894), e mesmo após a morte do marechal. A ação dos segmentos sociais urbanos no Rio de Janeiro reflete a complexidade de um quadro de economia capitalista dependente, em que predomina o liberalismo econômico e a hegemonia política e social da oligarquia agrária. Em outras palavras, as ações neocolonialistas, a centenária política agroexportadora da Monarquia e a reversão do crédito nacional e internacional para a atividade agrícola sufocaram as aspirações em prol de um país definitivamente industrializado e urbanizado, e profundamente politizado. A dispersão populacional prejudicava a administração unificada do território e o sentimento de unidade nacional, enquanto reforçava o vício nas práticas mercantilistas.

Mesmo após a proclamação da República, a população arcava com o ônus de planos financeiros de apoio à agricultura, independentemente do líder escolhido para chefiar a nação. Conforme observa Wilma Peres Costa, “a primeira década republicana é quase como se fosse uma ante-sala da “verdadeira” República – a oligárquica, dos governadores, do café com leite. A primeira década seve como um intróito, em que se consolida o regime”.⁶⁷ Contudo, adverte a pesquisadora, ainda que a conjuntura política e econômica estivesse aparentemente arquitetada para conduzir as oligarquias estaduais ao poder, houve dissonâncias reveladoras das nuances do ideal republicano. Para reforçar a assertiva, recorre a Leôncio Basbaum, que atesta a diversidade interna do movimento e do Partido Republicano. Segundo este autor,

⁶⁶ NEEDELL, Jeffrey. *Op. cit.*, p. 40.

⁶⁷ COSTA, Wilma Peres. *Op. cit.*, pp. 2-3.

a idéia que sustentava a todos era simplesmente a República. Em tudo o mais divergiam. Além daqueles que sonhavam com a República por que a França era uma República ou por que Augusto Comte considerava esse regime como forma de governo superior à Monarquia, havia – e não eram poucos, pois figuravam mesmo como argumento do Manifesto de 70 – os que eram republicanos porque na América todas as nações o eram. Havia os que eram simplesmente contra o Terceiro Reinado, porque o Conde D’Eu era estrangeiro, ou porque a Princesa Isabel era demasiado clerical, os quais portanto somente prometiam a sua adesão para depois da morte do Imperador. E havia os que eram republicanos porque o governo monárquico ameaçava a sagrada instituição da escravidão.⁶⁸

Se a idéia de República variava conforme a interpretação dos grupos socioeconômicos e culturais, havia uma classe que, desde a Proclamação, mesmo que não detentora do poderio econômico e financeiro experimentava o poder de forma diferenciada, com direito de intervir politicamente no destino da nação: as Forças Armadas. Quando a esquadra rebelada bloqueou o porto do Rio e bombardeou partes da cidade, causando verdadeiro pânico nos moradores (a Revolta da Armada), até então não se tinha visto a ação dos militares de forma tão contundente. Porém, vale ressaltar, sua permanência “como grupo dirigente não convém à fração hegemônica, para quem o espaço político aberto deve servir ao fortalecimento do espaço econômico já conquistado”.⁶⁹

2.3.

Grupos em dissonância na jovem República: a ascensão dos jacobinos

Nos primeiros anos do novo regime, as Forças Armadas, na figura centralizadora e autoritária de Floriano Peixoto, defendem um nacionalismo anti-monarquista, contra a presença estrangeira no comércio e na indústria, apoiado em um governo forte e disposto a lutar pelas causas dos nacionais, sem dubiedade. O nacionalismo aparece aí como um projeto de dominação de classe, sendo os militares os consolidadores de uma República livre da tutela portuguesa

⁶⁸ *Idem, ibidem*, citando Leôncio Basbaum. Não nos cabe aqui analisar os diversos projetos republicanos, mas sim averiguar como a construção da nacionalidade brasileira refletiu a aproximação e o antagonismo de forças políticas e sociais, dentre elas as relações entre portugueses e brasileiros no período. Essa reflexão permitirá a melhor compreensão do que pretendemos investigar neste trabalho.

⁶⁹ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 11.

e os responsáveis pela construção da nacionalidade. O militarismo traz a reboque um discurso que faz desse grupo o único capaz de conduzir o país à prosperidade, livrando-o do atraso resultante da dominação estrangeira, principalmente portuguesa, e da hegemonia do grupo cafeicultor paulista.

Sendo assim, a primeira década da República caracteriza-se pela luta entre pelo menos dois projetos diferenciados. “O das oligarquias capitaneadas pela cafeicultura: federalista, jurisdicista, liberal, agrário, dependente do exterior, socialmente excludente e elitista, e o “jacobino”, militarista, radical, nacionalista, mobilizador, xenófobo, urbano, anti-clerical, anti-oligárquico”.⁷⁰ Esta última vertente de projeto republicano, constituída por camadas médias urbanas, por militares de patentes médias e pela juventude militar formada nos cursos das Escolas Militares sob a batuta ideológica de Benjamin Constant, buscará o apoio da sociedade civil, imbuindo-se da responsabilidade de defender a República de forças que abalam a sua sustentação.⁷¹ É quando nasce uma identidade outra para o militar, de cunho positivista, dentro da sociedade: a do “soldado-cidadão”.⁷² Esta nova categoria simboliza aquele que foi alijado do poder pelo bacharelismo do Império e agora, afastando-se disciplinar e hierarquicamente da corporação que proclamou o novo regime (também conivente com o bacharelismo e cooptada pela oligarquia), se organiza politicamente.

a nosso ver, a expressão que melhor descreve o impulso à participação decisiva do exército no 15 de novembro é o ressentimento corporativo. Mas esse ressentimento que aparece sob a forma da defesa dos brios da organização encobre muitos outros, que logo virão à tona. No caso dos oficiais médios e inferiores é que ganha maior força a afirmação de uma cidadania privilegiada, de

⁷⁰ COSTA, Wilma Peres. *Op. cit.*, p. 12.

⁷¹ Há duas forças que se expressam por intermédio do projeto jacobino: o antilusitanismo, ligado à necessidade de consolidação da República pela retaliação à preponderância econômica dos portugueses no comércio do Rio de Janeiro, tanto entre os setores médios como na massa popular urbana, e o militarismo, reflexo de ressentimentos históricos dos militares de patentes altas, médias e inferiores, que reforça a idéia do exército como salvador da República.

⁷² Segundo Wilma Costa, os oficiais “científicos”, formados nas várias Escolas Militares, fundamentam a tese do “soldado-cidadão”, “a partir da qual reivindicam o direito de livre manifestação do pensamento e crítica, assim como uma disciplina militar que fosse inteligente e pensante”. *Idem, ibidem*, p. 9. Para José Murilo de Carvalho, a idéia do soldado-cidadão, ao mesmo tempo que era instrumento de afirmação militar “refletia o sentimento de marginalidade e o ressentimento da organização em relação à sociedade civil, especialmente a elite política. Implicava na suposição de que o soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar, ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser militar”. CARVALHO, José Murilo de. “Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. Tomo III, vol. 2. Rio de Janeiro: Difel, 1978, p. 210.

uma vontade de participação política dentro e fora dos quadros institucionais e, o que é mais importante, dentro do próprio exército. Na verdade, a política de marginalização do exército levada a efeito pelo Império sobrepõe-se a uma discriminação muito mais cotidiana e constante – a da sociedade civil. É esse segundo tipo de ressentimento, que, apenas encoberto nos sentimentos anti-monárquicos, eclode do 15 de novembro, em manifestações anti-oligárquicas que as estenderão por todo o período até 1930. (grifo da autora) ⁷³

Dominados pelo ressentimento contra uma sociedade que os colocara à margem do poder, os militares sob o comando de Floriano Peixoto somam-se aos civis nos “batalhões patrióticos”, ⁷⁴ grupos de voluntários formados por homens de negócios, funcionários públicos dos escalões inferiores, jornalistas da imprensa marrom, guarda-livros, soldados, cadetes, ou seja, elementos heterogêneos dos mesmos estratos sociais civis que, com os militares, compunham também os diversos clubes jacobinos ⁷⁵ que se espalhavam por todo o Brasil. Imbuídos de um ideal republicano e nacionalista fervoroso, esses batalhões lutaram inclusive contra os resquícios da memória monárquica em nomes de ruas, praças, casas comerciais e linhas de bondes. A questão era extirpar, física e simbolicamente, a presença imperial, e também portuguesa, do cotidiano da cidade. Os “batalhões patrióticos”, segundo Wilma Peres Costa, reuniram militares e voluntários civis (ou para-militares) na Revolta da Armada, em 1893, e são o *locus* dos seguidores de Floriano e dos nacionalistas xenófobos. Eles articularam uma suposta ameaça à República associando a esquadra revoltada e a luta federalista no Rio Grande do Sul em uma única grande ameaça de restauração monárquica, financiada pelos egressos do antigo regime.

Entretanto, a despeito de tais iniciativas, os cafeicultores continuavam a defender seus interesses, a saber, o câmbio favorecido para a exportação do café, os subsídios à agricultura e o estímulo à imigração para baratear a mão-de-obra da lavoura, no que encontravam ferrenha oposição dos jacobinos, que por intermédio de órgãos da imprensa vinculados ao movimento defendem o povo, para eles representado pelas Forças Armadas e pelos “batalhões patrióticos”. No dizer de Wilma Peres Costa,

⁷³ COSTA, Wilma Peres. *Op. cit.*, p. 12.

⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 84.

⁷⁵ “Essas associações eram compostas exclusivamente de brasileiros natos e geralmente presididas por militares de baixa ou mediana patente”. In: QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Op. cit.*, p. 83.

a mobilização dos batalhões patrióticos põe em contato os escalões militares médios e inferiores, recém egressos da participação política, com sua camada popular heterogênea de funcionários públicos, caixeiros, estudantes, desempregados, trabalhadores braçais, em boa parte negros e mulatos, em suma, todo um caleidoscópio de “excluídos” da sociedade oligárquica, que formarão a massa crítica do jacobinismo.⁷⁶

De fato, na primeira década republicana, os jacobinos, em redor do culto à mão forte e centralizadora de Floriano, defensores de um nacionalismo xenófobo, principalmente de retaliação aos portugueses, associam tanto a Revolta da Armada como a luta federalista no Rio Grande do Sul – e anos depois a guerrilha em Canudos, que nada mais foi do que uma reação às imposições do regime republicano local – a uma suposta ameaça monárquica. Para eles, a eclosão de todos estes movimentos revolucionários seria financiada pelos emigrados do antigo regime e “apoiada pelo clero, pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro e pelas potências européias”.⁷⁷ Com o apoio dos batalhões patrióticos, imbuídos de amor à causa nacionalista, os jacobinos representavam uma força contestatória expressiva.

O fato é que esse caleidoscópio de excluídos, tanto os militares de baixa e média patentes, ressentidos pela ausência de identidade corporativa e de prestígio, como os trabalhadores urbanos, todos em luta pela sobrevivência em um país com poucas oportunidades para os que não pertenciam a famílias influentes, ou com alguma influência no concerto da vida sociocultural, política e econômica, compunha numericamente a maioria da população da capital. A massa popular, constituída principalmente por trabalhadores braçais negros e mulatos, impossibilitada de agregar-se como força política, agia quando pressionada por ações arbitrárias e violentas do poder civilizador. Assim, embalado pelas convulsões do governo do Marechal de Ferro, o discurso jacobino, lusófono, de pregação nacionalista, acalentava o sonho de muitos por mais representatividade no cenário político. Como afirma Suely Robles Reis de Queiroz “nem todo admirador de Floriano era jacobino, mas, certamente, todo jacobino era florianista”.⁷⁸ Pela complexidade do movimento,

⁷⁶ *Idem, ibidem*, pp. 15-16.

⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 15.

⁷⁸ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Op. cit.*, p. 128.

identificar o grupo jacobino encerra uma série de dificuldades. A historiografia em geral privilegia os exaltados elementos urbanos que aos gritos de “mata galegos” perseguiram portugueses pelas ruas do Rio de Janeiro, perturbando a ordem pública. Daí expressões pejorativas – extremistas, malandros, desordeiros – com que eram apodados. Mas a leitura das fontes revela muito mais: além de intelectuais, parlamentares e políticos ligados a oligarquias estaduais ou coniventes com elas, a presença ponderável de militares a imprimir suas características particulares ao movimento.⁷⁹

Atuante em diversos segmentos sociais, tudo indica que o movimento jacobino seduzia pela retórica nacionalista, principalmente étnica e voltada, sobretudo, contra os portugueses, detentores de grande parte do segmento econômico e financeiro na capital. Daí caber aos militares não somente proteger a República da oligarquia cafeeira, mas também do sebastianismo, que representa “a aversão à República, porque (...) intenta ser a emancipação nacional. É isto a aversão ao soldado, porque o soldado fez a República... São eles os do partido colonial, os monarquistas, a conspiração permanente contra o advento do proletariado nacional”,⁸⁰ escreve Raul Pompéia no prefácio do livro *Festas Nacionais*, de Rodrigo Otávio, um compêndio sobre as datas patrióticas brasileiras. Observemos a opinião do escritor sobre os portugueses:

São eles mantenedores do preconceito de cor, que o brasileiro desconhece, porque este preconceito é uma arma de sua sornateira política de demolir. São eles os grandes adversários da estatística entre o povo, porque a estatística seria a afirmação do quanto nos exploram e também do que podemos valer. São eles os inventores e propaladores da teoria corrente e funesta de que comércio não tem patriotismo, porque o comércio deles não quer ver pátria aqui. São eles os inspiradores do negativismo de descrença que é a psicologia de grande número de nossos políticos, e alguns desgraçadamente de certo vulto.⁸¹

Nas palavras de Pompéia, o português explora o povo e, sornateiramente, instila o negativismo corrosivo do patriotismo, da pátria brasileira. Por essa razão, os jacobinos pregavam uma sociedade “laica, anticlerical, sem o bacharelismo pedante e pontificador, onde os grupos urbanos tivessem maiores oportunidades. Um estado republicano, nacionalista, voltado para as próprias fronteiras e

⁷⁹ *Idem, ibidem*, p. 12.

⁸⁰ *Idem, ibidem*, p. 119.

⁸¹ *Apud* RIBEIRO, Gladys Sabina. “Cabras” e “Pés-de-chumbo”: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro, 1889-1930. Dissertação de mestrado. Niterói, UFF, 1987, p.57.

conduzido por um governo forte”.⁸² Essa concepção de Estado, sem dúvida, era o sustentáculo do florianismo, e tal discurso perdurou até o final da década de 1910, mesmo que em diferença, quando o movimento jacobino ganhou novo fôlego. “Nacionalista, portanto, visceralmente militar, praticando um presidencialismo autoritário, consolidador e defensor vigilante do regime republicano – tais as características de Floriano que o faziam idolatrado pelos jacobinos”⁸³ e que amalgamaram ideologicamente o movimento, mesmo após o governo do marechal. Em torno da figura de Floriano, todo esse grupo de ressentidos das Forças Armadas, da massa popular e do interior dos setores médios urbanos pode se expressar e ganhar espaço. No dizer de Sevcenko,

essa a característica crucial e que explica toda a força do jacobinismo: era menor a sua própria força do que a habilidade em jogar com uma energia potencial, latente e prodigiosamente explosiva enraizada no seio da cidade, o instinto de revolta do grosso da população oprimida e marginalizada, “as vítimas da Regeneração”.⁸⁴

O que se observa é que o mosaico de excluídos da Regeneração, a população socialmente oprimida e à margem do capital agroexportador, além dos militares, representava um instrumento poderoso nas mãos dos jacobinos, que com seu discurso inflamado arrebatavam essa força explosiva, mas desarticulada, no seio na sociedade. Durante o governo de Floriano, a imagem do marechal, mesmo arbitrário e autoritário, promotor da censura, de torturas e perseguições, despertou a idolatria sincera por suas ações em prol da classe média e dos oprimidos, como o tabelamento de gêneros alimentícios, a construção de casas para operários e famílias pobres e, com a Revolta da Armada, o corte de relações diplomáticas com Portugal.⁸⁵ Explica Wilma Peres Costa,

Das bancadas militares no Senado e na Câmara, bom como dos governos estaduais saíram alguns dos apoios mais importantes a Floriano Peixoto, bem como a oposição posterior a Prudente de Moraes. Essas lideranças servem de correia de transmissão à agitação jacobina, dando-lhe dimensão de crise institucional, ou, mais frequentemente, servem-se dos jacobinos para os seus

⁸² QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Op. cit.*, p. 128.

⁸³ *Idem, ibidem*, p. 151.

⁸⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.* p. 66, grifo do autor.

⁸⁵ Alimentam a mística em torno da imagem de Floriano várias medidas populares: “na gestão de Barata Ribeiro na prefeitura da capital combate os especuladores, estabiliza preços de gêneros de primeira necessidade, manda destruir o cortiço Cabeça de Porco, de propriedade do conde D’Eu”. COSTA, Wilma Peres. *Op. cit.*, 16.

propósitos próprios. O atentado à vida de Prudente de Moraes, em 5 de novembro de 1897 é um exemplo claro desse fato. Nele estão envolvidas figuras como Alexandre José de Barbosa Lima, militar de carreira, que assentou praça no exército em 1882, (...) foi nomeado governador de Pernambuco por Floriano Peixoto (...); Diocleciano Mártir, voluntário do Batalhão Tiradentes (patriótico), redator chefe do jornal *O Jacobino* e um dos principais líderes populares do movimento; o autor direto do atentado Marcelino Bispo, anspeçada do exército (...).⁸⁶

2.4.

Os “radicais da República” se voltam contra os portugueses

Os militares podem, pela primeira vez, se expressar e ganhar espaço, ao ocupar cargos estratégicos na política e na administração republicana e angariar a adesão das forças sociais heterogêneas emergidas com a República. O grupo jacobino, articulado principalmente em torno de órgãos da imprensa panfletários, como os jornais *O jacobino* e *A bomba*, publicados em 1894,⁸⁷ temendo o governo civil, aumentam o radicalismo em *meetings* nas ruas e em editoriais inflamados contra a presença estrangeira na vida nacional, principalmente de portugueses, cultuando ainda mais Floriano. Este grupo vê no fato de estar na “situação” a chance de fazer valer suas reivindicações, uma vez que encontra respaldo político na Câmara, no Senado e mesmo nos estados. Portanto, as preocupações dos jacobinos, para Sevckenko

eram acabar com o virtual monopólio português sobre o comércio a varejo e sobre a locação de imóveis, romper relações com Portugal e acabar com a torrente imigratória lusitana que se avolumava na sociedade do Rio, absorvendo grande parte dos empregos e boas oportunidades. Atuando como ‘governistas’ na época de Floriano, passarão à oposição radical com a ascensão de Prudente de Moraes, manifestando a partir de então uma hostilidade ilimitada contra a hegemonia paulista, identificada com regressão monárquica e a traição aos ideais republicanos, democráticos, nacionais.⁸⁸

⁸⁶ COSTA, Wilma Peres. *Op. cit.*, pp. 16-17.

⁸⁷ Segundo Wilma Peres Costa, a imprensa era o principal meio de divulgação dos ideais do grupo e jornais jacobinos, além dos clubes que agregavam os simpatizantes do movimento, espalhavam-se por todo o Brasil. *A bomba e O jacobino* “começam a ser publicados em setembro de 1894, em torno do primeiro aniversário da Revolta da Armada e a poucos meses da transição de governo para as mãos de Prudente de Moraes. Tanto o redator chefe do *Jacobino* como o da *Bomba*, bem como todos os jornalistas deste último, são oriundos do Batalhão Tiradentes e lutaram na Revolta. Os dois jornais acalentam esperanças de continuidade de Floriano Peixoto (*O Jacobino* de forma mais explícita), acolhem com desconfiança o governo civil e crescem em uma oposição cada vez mais radical até 1897”. *Op. cit.*, p. 18.

⁸⁸ SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*, p. 64-65.

Após a ascensão de Prudente, o momento político e econômico passa a ser compreendido como regressão e traição dos ideais nacionais e como necessidade de consolidação da recém-inaugurada República. Acabar com o monopólio português no comércio e na indústria, a imigração de lusitanos para as cidades, principalmente a capital, e reduzir a hegemonia paulista são ensejos sintetizados emblematicamente por uma frase de efeito, epígrafe do jornal *O jacobino*: “o Brasil para os brasileiros!”, reprodução da máxima da Doutrina Monroe, “a América para os americanos!”,⁸⁹ símbolo do repúdio dos países americanos à intervenção européia.

Se pelo viés da cultura, “o republicano (...) adotava o paradigma francês e procurou mimetizar a América portuguesa no conceito de Latinoamérica. Pelo institucional, tendeu ao paradigma federalista americano e à progressiva inveja dos feitos industriais anglicanos no Novo Mundo”.⁹⁰ Daí o repúdio à matriz histórica ibérica e a exaltação do militarismo, com a conseqüente valorização do papel das Forças Armadas como salvadoras da República, indiretamente fomentarem o recrudescimento da perseguição aos portugueses. Já o discurso pró-nacionalização do comércio a varejo e de apoio à devolução do controle da economia aos nacionais pautará a ação dos jacobinos nas ruas e o acirramento de seu radicalismo. Conforme analisa June Hahner,

jacobinos directed their demands against the Portuguese, reflecting their conviction that everything in Brazil would improve once these "reactionaries" were driven out. Echoing demands that had been made by Lusophobes during the 1830s and 1840s, Jacobinos urged the nationalization of commerce, the exclusion of Portuguese from the public service, and confiscation of the property of Portuguese slumlords. *O Jacobino* condemned the Portuguese not only for high prices and rents but also for having brought slavery to Brazil, for opposing Brazil's independence, and for attempts to overthrow the republican government, for the low exchange rate, and for prostitution in Rio. The Portuguese were alleged to be "the greatest obstacle" to Brazil's national development and prosperity.⁹¹

⁸⁹ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Op. cit.*, pp. 99, 106.

⁹⁰ LESSA, Carlos. “Rio, uma cidade portuguesa?”. In: LESSA, Carlos (org.). *Os lusíadas na aventura do Rio moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p 48.

⁹¹ HAHNER, June E. “Jacobinos versus Galegos: Urban Radicals versus Portuguese Immigrants in Rio de Janeiro in the 1890s”. In: *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol. 18, No. 2 (May, 1976), pp. 125-154. Publicado por Center for Latin American Studies at the University of Miami Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/174772>. Acessado em: 14/02/2009.

Enquanto os setores urbanos pobres culpavam a hegemonia lusitana no comércio varejista e a propriedade dos cortiços para aluguel, predominantemente em mãos de portugueses, pela desigualdade e as árduas condições de sobrevivência, em contrapartida os militares viam na agitação jacobina a chance de desestruturar o domínio político do grupo agroexportador. O atentado à vida do sucessor de Floriano é o ápice desta crise, mas acaba por se converter na oportunidade que a oligarquia rural esperava para retomar o poder. Afinal, Prudente de Moraes era um fazendeiro paulista. Sua atuação, em consonância com os interesses da elite agrária, tem como objetivo extirpar os focos revolucionários e consolidar o domínio civil, desmilitarizando o governo, cujos altos cargos estavam até então dominados por militares nomeados por Floriano.

Respaldo pela opinião pública, Prudente habilmente reverte o quadro político a seu favor, arregimentando forças políticas desestruturadas e fazendo uso das fragilidades internas do movimento jacobino. Como no atentado estavam envolvidos representantes de várias patentes do exército, além do vice-presidente da República Manoel Vitorino Pereira, o senador João Cordeiro e deputados, o presidente aproveita a oportunidade para desarticular o movimento. Uma vez feito o desmonte da máquina pública, então em mãos de militares, que no governo de Floriano “apossam-se da administração de dez estados (...) e exerceram a crítica sobre os atos políticos do governo”,⁹² caberá a Prudente dar apoio à oligarquia rural paulista para enfraquecer e desestabilizar as forças revolucionárias e consolidar o domínio civil. Simbolicamente, será o fim dos “radicais da República”. Como argumenta Wilma Costa:

a tarefa da oligarquia civil será a de tentar desmobilizar esse projeto alternativo, que põe em cheque a estabilidade da República e seu crédito internacional. Ela terá que enfrentá-lo no Congresso, em vários governos estaduais, nos quartéis, nas escolas militares e nas ruas, pressionando os militares para o retorno aos quartéis, bem como desmobilizando os setores urbanos que encontram no jacobinismo sua expressão.⁹³

Não é o objetivo aqui analisar em minúcias o movimento jacobino na primeira década republicana, que para as autoras amplamente citadas tem data (1893-1897) e características específicas, com programa baseado em um

⁹² COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade – o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense, 1976, p. 56. *Apud* COSTA, p. 16.

⁹³ COSTA, Wilma Peres. *Op. cit.*, p. 13.

nacionalismo positivista, xenófobo, de cunho militarista e retórica moralista, de defesa da ordem republicana. Para os estudiosos do movimento, os jacobinos não conseguiram articular-se a ponto de oferecer um projeto ideológico adequado à realidade brasileira, não superando os limites institucionais impostos pelos grupos dominantes, por isso não abalando seus alicerces.⁹⁴

A questão é que, de alguma forma, todos os segmentos sociais envolvidos no movimento estavam cooptados pelas oligarquias, tanto agrárias como industriais, seja por dependência afetiva, social e ideológica, seja por dependência financeira. Tampouco havia entre eles completa identidade, visto em seus quadros constarem os mais variados perfis étnicos, sociais e profissionais. Havia, é certo, alguns pontos de interseção ideológica que perpassavam diversos grupos sociais e desenhavam o contorno de um projeto político, como a lusofobia, pelo viés da nacionalização de segmentos econômicos. As afirmações de Boris Fausto resumem muito bem o quadro social na Primeira República:

A burguesia cafeeira se constitui ao longo da Primeira República como única classe nacional, no sentido de que só ela reúne condições para articular formas de ajustamento e integrar assim o país, na medida de seus interesses. Em face dela, não emerge nenhuma classe ou fração com semelhante força, capaz de oferecer uma alternativa econômica e política viável. A disputa, no interior das classes dominantes, tem a forma de um embate regional, mitigado pelos próprios limites da contestação. Tendo-se em vista a passividade da massa rural, quebrada somente por explosões importantes, mas desprovidas de conteúdo político (Canudos, Contestado), os limites de intervenção do proletariado, a heterogeneidade das classes médias, dependentes em regra dos núcleos “tradicionalistas”, o elo mais fraco do sistema é constituído pelo Exército.⁹⁵

Ainda que nenhuma classe emergisse como alternativa política e econômica à burguesia cafeeira, é correto afirmar que duas forças se expressavam por intermédio do discurso jacobino: o antilusitanismo, ligado à necessidade de consolidação da República pela retaliação à preponderância econômica dos portugueses na cidade do Rio de Janeiro, tanto entre os setores médios como na massa popular urbana, e o militarismo, reflexo de ressentimentos históricos dos militares de patentes altas, médias e inferiores, que reforça a idéia do exército como salvador da República.

⁹⁴ WEFFORT, Francisco Corrêa, *apud* QUEIROZ, *op. cit.*, p. 266.

⁹⁵ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 112.

Se o primeiro refletia a antipatia pelos portugueses existente desde a época colonial, e agravava-se pelo fato de Portugal ainda ser uma monarquia, o segundo representava a tentativa de valorização da classe militar e de busca por prestígio social, daí os militares se colocarem como responsáveis pela salvaguarda da República contra supostas ameaças de restauração monárquica ou de medidas consideradas desnacionalizantes. A imbricação de todos estes pormenores políticos e sociais faz com que os militares consigam, ao menos naquele momento,

inscrever-se, realmente, na vanguarda das aspirações populares e figurar como porta-bandeiras dessas aspirações. Não porque agem na qualidade de representantes ou componentes das camadas desfavorecidas, mas porque eles próprios, distanciados como se acham dos donos do poder, e sujeitos como estão ao capricho do favoritismo oficial, também se sentem desfavorecidos e podem desferrar-se, por si e pelos outros.⁹⁶

Quanto aos perseguidores de portugueses, sua motivação era a nacionalização completa do comércio, da indústria, enfim, de todos os segmentos da economia e da política em que os portugueses atuavam com alguma preponderância ou destaque. Responsabilizavam os portugueses detentores de lojas, indústrias, imóveis, jornais e prédios comerciais e residenciais por todos os males do país, o que ainda será analisado adequadamente, e desejavam tomar posse da terra, extirpar a herança a qualquer custo. Por isso, as manifestações de força dos militares e sua fala autoritária, salvacionista, radical, de garantia da ordem republicana contra a ameaça de restauração monárquica, irem ao encontro do discurso lusófono.

Contudo, o que o grupo jacobino não conseguia, ou não queria compreender, era que tanto o espaço econômico como o político “já haviam sido ocupados pela agroexportação”⁹⁷ e que a conquista de mais representatividade social, política e econômica não residia na tomada do poder pela burocracia fardada – o que, aliás, como perspicazmente ressaltou Suely Queiroz, revela uma “prática inaugurada com a República e recorrente no processo histórico brasileiro”⁹⁸. Sua capacidade de mudança estaria, de fato, na sensibilidade para

⁹⁶ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Do Império à República*, p. 346, *apud* QUEIROZ, op. cit., p. 271.

⁹⁷ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Op. cit.*, p. 272.

⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 12.

perceber as tintas ideológicas e as nuances do discurso conquistador, de instauração de uma nova ordem burguesa de perfil agrário, excludente e mantenedora da desigualdade. Segundo Gladys Sabina Ribeiro, nesta operação, que subtraía a participação das camadas subalternas da vida social e política do país,

não se questionava a política econômica do governo de forma profunda e contumaz. Os poucos indivíduos que vinham à baila proferindo palavras menos doces contra o novo regime eram acusados de monarquistas, traidores ou maus cidadãos. Sequer se poderia admitir que pouca coisa mudou na passagem do Império para a República. O português sim, ele também não havia mudado, mas a ele, por tudo o que sempre se pensara e se vivera a respeito do colonizador, se poderia impingir várias imagens, imagens que o responsabilizassem quase que exclusivamente pelos percalços vários da vida dos cidadãos de então. O antilusitanismo nesse momento foi recriado, foi reforçado na direção de se constituir em “bode expiatório”, também do ponto de vista econômico, de ser utilizado como elemento de controle das classes trabalhadoras. Os portugueses foram revestidos da capa de “exploradores”, responsabilizados pelos vários males que assolavam a cidade e a República. (...) A imagem do português como explorador econômico e provocador da desordem econômica por ser monopolizador, especulador com gêneros e ladrão nos pesos e medidas, foi veiculada em vários números dos jornais. Aparecem explicitamente como os grandes problematizadores da economia republicana.⁹⁹

De fato, havia em todas as camadas da população, mesmo que com inúmeras exceções, um profundo ressentimento quanto à presença de imigrantes portugueses no Brasil e ao monopólio que exerciam sobre o pequeno comércio, sobretudo mercearias, padarias, restaurantes, casas de aluguel, etc. Mesmo que as visões sobre o português não fossem as mesmas para todas as camadas da população, visto nem todos os portugueses, obviamente, pertencerem às classes enriquecidas, a imagem de “explorador”, “monopolizador”, “especulador”, “ladrão” perpassava toda a sociedade. O discurso pró-luso, quando aparecia, era compreendido como saudosista ou lembrava a ameaça da restauração monárquica. Para Fernando Arenas,

esse monopólio era visto como uma extensão perniciosa do colonialismo português, a despeito de várias décadas do Brasil como nação independente. Essa dinâmica revela igualmente o grau de frustração por parte dos intelectuais brasileiros frente à falta de progresso no Brasil, portanto a figura do português

⁹⁹ RIBEIRO, Gladys Sabina. “*Cabras*” e “*Pés-de-chumbo*”: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro, 1889-1930. Dissertação de mestrado. Niterói, UFF, 1987, p.161-62.

surge como bode expiatório conveniente, representando uma das possíveis causas dos males socioeconômicos do país.¹⁰⁰

A questão é que “Portugal e monarquia lembravam o domínio colonial, a presença atuante dos portugueses na economia, a tradição absolutista e a cultura da antiga metrópole, vista como responsável pelo atraso do País”.¹⁰¹ Tais sentimentos remontavam à Independência, quando

“ser brasileiro” passava a significar aqueles que agiam pautados no amor à Causa da liberdade, transformada em Causa da Independência. Logo depois, esta Causa da Independência foi transformada em Causa do Brasil e em Causa Nacional. Forjava-se, então, um distanciamento da Nação portuguesa, ao mesmo tempo em que se tentava submetê-la e subjugar-la, aniquilando-se sua imagem e impondo a todos um modelo de cidadania brasileira. “Ser brasileiro” era não somente pertencer à Nação enquanto Pátria/país/região e enquanto cidadão digno, com direitos e obrigações bem delineados; significava igualmente compartilhar com ela os seus interesses e os seus anseios de liberdade. Desta forma, o “brasileiro” era aquele que lutava pela liberdade, pela Monarquia Representativa e Constitucional; aquele que ia contra as medidas recolonizadoras das Cortes, não importando se o seu local de nascimento fosse o Brasil ou Portugal.¹⁰²

Até a Independência, a problematização advinda do ser brasileiro se dava, acima de tudo, como discurso político,¹⁰³ pois se referia à afirmação da nacionalidade pelo viés da luta por um país livre do jugo e da exploração portuguesas. Após a Independência, já nas primeiras décadas do século XX, se o “atraso” brasileiro não estava mais relacionado ao domínio colonial ou à ameaça monárquica, era a presença do estrangeiro, principalmente do português, que significava a usurpação cotidiana das potencialidades do país. Neste sentido, a construção da identidade nacional foi profundamente influenciada pela relação econômica entre o Brasil e Portugal, relação na qual contaram fatores como finanças públicas, balança comercial e estabilidade monetária. Segundo Armando Costa e José Calvet Magalhães,¹⁰⁴ se no âmbito da política econômica interna brasileira pesava o fato de os portugueses residentes no Brasil remeterem boa

¹⁰⁰ ARENAS, Fernando. “Brasil e Portugal: margens de um mesmo rio, distantes”. In: Revista *Convergência Lusíada*, 20 - Relações luso-brasileiras. Rio de Janeiro, 2003, p. 75.

¹⁰¹ Idem, *ibidem*.

¹⁰² RIBEIRO, Gladys Sabina. “Desenlaces no Brasil pós-colonial: a construção de uma identidade nacional e a Comissão Mista Brasil-Portugal para o reconhecimento da Independência”. In: Revista *Convergência Lusíada*, 20 - Relações luso-brasileiras. Rio de Janeiro, 2003, p. 82-3.

¹⁰³ Idem, *ibidem*, p. 83.

¹⁰⁴ CERVO, Amado e MAGALHÃES, José Calvet. *Depois das caravelas. As relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2000, p. 180.

parte de seus ganhos para auxiliar os familiares, para socorrer a economia de seu país, ou para constituir poupança, no que tange ao comércio exterior, mesmo após a Proclamação da República, o Brasil permaneceu como o primeiro ou o segundo maior importador de produtos portugueses.

Os imigrantes portugueses também levavam vantagem sobre os demais estrangeiros, pois dominavam o comércio. No Rio de Janeiro, onde as oligarquias cafeiras não controlavam as práticas comerciais, o contexto urbano foi marcado pela presença portuguesa em vários segmentos da economia cidadina. Contudo, “mesmo os portugueses bem-sucedidos, e foram muitos os sucessos pessoais, não investiam aqui, pouco servindo à construção de uma nação economicamente avançada”.¹⁰⁵ De acordo com informações coletadas por José Murilo de Carvalho, o português abastado mantinha o monopólio sobre diversos segmentos da economia no Rio:

segundo Assis Brasil, o estrangeiro (leia-se o português) era ‘proprietário de quase toda esta cidade, principalmente da parte dela que serve de abrigo às classes média e proletária’. Ainda segundo este autor, os aluguéis eram controlados monopolisticamente e exigiam-se dos inquilinos cartas de fiança, só sendo aceitas as de comerciantes portugueses que, para fornecê-las, pediam depósito de dois meses de aluguel e compromisso de comprar em sua casa. (...) Em relatório escrito em 1893, um funcionário da legação portuguesa calculava que seus patrícios controlavam cerca de 70% do capital financeiro, comercial e imobiliário do Rio.¹⁰⁶

Para Sidney Chalhoub,¹⁰⁷ os tradicionais trinômios colonizador-explorador português x colonizado-explorado brasileiro, que vinham dando o tom do processo histórico da cidade do Rio de Janeiro há quase quatro séculos, eram fruto do domínio português, principalmente sobre a atividade comercial e de serviços da cidade. Os portugueses também não escondiam a preferência por patrícios no momento de contratar empregados para os seus negócios. Confirma a assertiva Carlos Lessa: “o imigrante português mantém vínculos com sua família de origem e sua aldeia natal. Normalmente, opera numa rede familiar daqui para

¹⁰⁵ *Idem, ibidem*, p. 180.

¹⁰⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, p. 80.

¹⁰⁷ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 74-5-6.

o além-mar, procurando abrir caminho e suporte a novos imigrantes de sua própria aldeia”.¹⁰⁸

A atitude das classes dominantes brasileiras em relação ao português era em geral ambígua, pois ainda que chegassem a sugerir que os portugueses eram os responsáveis pelo atraso nacional, relativizavam as críticas pelo fato de que dentro das próprias elites parecia haver um número considerável de abastados comerciantes portugueses. Já “entre os populares, os portugueses carregavam, sem dúvida, o estigma de serem avarentos e exploradores, o que na verdade apenas refletia a situação real de predominância portuguesa no pequeno comércio da cidade”.¹⁰⁹ Para Carlos Lessa, entretanto, mesmo que nas classes desfavorecidas financeiramente o português fosse estigmatizado pelo estereótipo da avareza e da exploração, havia nestas mesmas classes a idéia do luso como solidário, integrado étnica e culturalmente:

a hegemonia lusitana no comércio varejista, extremamente visível, gerava-lhe manifestações hostis, ao mesmo tempo que criava a dependência pessoal do “cliente”, financiado no caderno pelo comerciante. Por baixo, no tecido social, funcionou um duplo processo. O “mau-olhado” do povão para com a riqueza do luso, dominante no comércio varejista e proprietário dos cortiços de aluguel, que alimentava o estereótipo do português como “sanguessuga” popular, se contrapunha à imagem do bom vizinho ao alcance da mão, solidário e não-discriminatório. O português pobre atuou como emoliente daquela imagem, dando sustentação, pelo convívio e co-participação, a uma dimensão amorosa, alimentada pela proximidade e integração étnica, cultural e social.¹¹⁰

Ainda que o português atuasse como emoliente da imagem negativa que sua presença gerava e houvesse efetivas manifestações, de parte dos intelectuais, de apoio aos portugueses residentes no Brasil e de valorização da tradição lusitana no cotidiano das cidades brasileiras, principalmente na capital, defendê-los, naquele momento, representava assumir uma posição de risco. A questão é que duas linhas de força sobressaíram no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, no final do século XIX: de um lado havia a busca de uma “identidade brasileira” baseada na rejeição da herança portuguesa, base do jacobinismo intensamente propagado na imprensa carioca deste período e na segunda década do século XX,

¹⁰⁸ LESSA, Carlos. “Rio, uma cidade portuguesa?”. In: LESSA, Carlos (org.). *Os lusíadas na aventura do Rio moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2002, pp. 44-45.

¹⁰⁹ *Idem, ibidem*.

¹¹⁰ *Idem, ibidem*.

o que será em breve analisado;¹¹¹ de outro, a presença do elemento português se convertia em espírito de comunhão entre as duas nações, com a consolidação dos valores da tradição lusitana. Segundo Cervo e Magalhães foi, sobretudo, após 1922 que “começou a ser gerada a política de relações fraternais entre Brasil e Portugal, que passaria a permear as relações oficiais luso-brasileiras daí em diante, fundada no sentimento de pertencimento a uma tradição histórica e cultural comum”.¹¹² Até então, o certo é que “em Portugal o brasileiro era, por vezes, caricaturado no minhoto, que quando enriquecido voltava à terra natal, de panamá na cabeça e relógio com corrente sobre calças brancas”.¹¹³

2.5.

Quando o nacionalismo se converte em antilusitanismo, o que fazer com a herança cultural?

A historiadora Gladys Ribeiro, no trabalho em que investiga processos criminais ocorridos no final do século XIX e na segunda década do século XX, sugere que o antilusitanismo no Rio de Janeiro operou como instrumento de controle social para a construção e a manutenção de uma nova ordem burguesa, sendo a nacionalidade e a modernização do país o pano de fundo deste discurso. Segundo ela, em todo o material coletado há processos em que não é só a população pobre que alimenta a perseguição aos lusos, por sentir-se explorada. Uma pequena burguesia nacional, também detentora de casas comerciais, estalagens e cortiços, prestadora de serviços, mostra seu vigor e poder contestatório quando se sente ameaçada pela presença de portugueses nestes mesmos ramos da atividade urbana. As classes dominantes, para a autora, de certa maneira aprovavam o discurso nacionalista e racista do antilusitanismo, propagado pelas camadas populares, como forma de controle político. “Em parte era ela a incentivadora da propaganda na imprensa pela nacionalização do

¹¹¹ Principalmente os periódicos antilusitanos travestidos de nacionalistas, como a revista *Brasiléia* (1917), *Gil Blás* (1919). Em contrapartida, “jornais como *A Pátria*, o *Jornal Português* e *O Paiz*, todos defensores dos lusitanos e dos interesses da “colônia”, denunciavam o novo surto jacobino (na década de 20) dirigido contra o luso”. RIBEIRO, Gladys Sabina. “Antes sem pão do que sem pátria: o anti-portuguesismo nos anos da década de 1920”. In: *Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces. Convergência Lusíada*, nº 18, 2001, pp. 147-162.

¹¹² CERVO, Amado e MAGALHÃES, José Calvet. *Depois das caravelas. As relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2000, p. 180.

¹¹³ VITOR, Ângela Bonifácio. “Sentido do Atlântico em João de Barros”. In: *Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces. Convergência Lusíada*, nº 18, 2001, op. cit., p. 52.

comércio e pela propagação da imagem das casas portuguesas como ‘exploradoras’”, explica a pesquisadora.¹¹⁴

Luiz Edmundo, antilusitano ferrenho, traduz como o brasileiro via o comerciante português:

crece, engorda assim mesmo. O pé já não entra na tamanca. Com a idade vai aprendendo a conhecer o mundo pela filosofia do patrão. Aprende a roubar, com ele, que, quando trapaceia no peso, o dedo na balança e um olho no freguês (...). Com essa patrão instruiu-se, aprende a burlar e a mentir. Vendo o podre por bom. Carne seca ardida por fresca. Café com mistura de milho. Duzentas gramas de vinho em oitocentos de água dão, sempre, um litro do melhor Alto-Douro. Engana-se no troco do freguês, por malícia.¹¹⁵

Outro escritor, desta vez o jornalista português João Chagas, após visita ao Rio de Janeiro, analisa os discursos em pauta no momento. No livro intitulado *De Bond: aspectos da civilização brasileira*, de 1897, afirma que os nacionais deviam substituir os portugueses em todos os ramos de atividade, a fim de destruir a causa de toda espécie de conflito: a concorrência.

o novo Brasil republicano viu na colônia portuguesa um inimigo e como tal a tratou, com uma inclemência que nem mesmo as supostas cumplicidades portuguesas justificavam. (...) De resto, as classes intelectuais no Brasil andam em permanente briga com os portugueses, em virtude do motivo, fácil de encontrar, de que os portugueses enchem o Brasil, sem contudo levarem para a vida brasileira elemento algum de progresso mental. O homem de letras, o poeta, os artistas, os intelectuais, sufocam nessa atmosfera, e quase desaparecem perante a urgência das especulações da fortuna. Mas, no Brasil, o comércio é o português, e o português é ainda e sempre o inimigo. (...) mas, no fim das contas, o fato é esse: - a base de toda a incompatibilidade entre portugueses e brasileiros é a concorrência. (...) Os portugueses disputam ainda aos brasileiros o domínio do Brasil, o que tem um remédio simples e é os brasileiros substituírem-se aos portugueses em todas as iniciativas de que depende o seu progresso e a sua prosperidade. Quando houverem feito isso, desaparecerão os ódios, porque o ódio não é o sentimento de quem triunfa.¹¹⁶

O jornalista argumenta que os portugueses de fato disputam o Brasil com os brasileiros e sugere um remédio nada fácil de ser aplicado. A leitura do escritor é permeada de lucidez, entretanto ignora todas as reentrâncias e saliências de um processo em que há forças sociais e culturais em jogo. Se à observação do

¹¹⁴ RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. cit.*, p. 108.

¹¹⁵ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Apud RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. cit.*, p. 81.

¹¹⁶ CHAGAS, João. *De bond: alguns aspectos da civilização brasileira*. Lisboa: Livraria Moderna, 1897, pp. 148-153.

repórter talvez faltasse conhecimento sobre a complexidade das relações entre brasileiros e portugueses, o mesmo não se pode afirmar dos grupos sociais às voltas com a sobrevivência em um país plural, em que temas como modernização e nacionalidade passam a colorir, de formas distintas, não apenas as práticas sociais, mas também o pensamento social.

Enquanto intelectuais sensíveis aos problemas nacionais viveram “uma consciência dividida entre a sedução da ‘cultura ocidental’ e as exigências do seu povo, múltiplo nas raízes históricas e na dispersão geográfica”,¹¹⁷ no dizer de Alfredo Bosi, essas mesmas indagações povoavam as idéias no campo da literatura. Antonio Candido classifica como dialético o processo que se expressa na tensão entre o dado local e os moldes herdados da tradição européia. Segundo o crítico literário,

a nossa vida espiritual, toda ela se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo. A nossa literatura, tomado o termo tanto no sentido estrito quanto amplo, tem, sob este aspecto, consistido numa superação constante de obstáculos, entre os quais o sentimento de inferioridade que um país novo, tropical e largamente mestiçado, desenvolve em face de velhos países de composição étnica estabilizada, com uma civilização elaborada em condições geográficas bastante diferentes. O intelectual brasileiro, procurando identificar-se a esta civilização, se encontra todavia ante particularidades de meio, raça e história, nem sempre correspondentes aos padrões europeus que a educação lhe propõe, e que por vezes se elevam em face deles e, portanto, grande parte da nossa dinâmica espiritual, se nutre deste dilaceramento.¹¹⁸

Nesse dilaceramento entre localismo e cosmopolitismo, como algo que não está, essa literatura lacunar pode ser avaliada também como reflexo de uma relação conflituosa de dependência cultural com a nação da qual herdamos nossos pesos e medidas. “Todo o nosso século XIX, apesar da imitação francesa e inglesa, depende literariamente de Portugal, de onde recebíamos não raro o exemplo e o tom da referida imitação”,¹¹⁹ argumenta Antonio Candido. Continua ele,

na lenta maturação da nossa personalidade nacional, a princípio não nos destacávamos espiritualmente dos nossos pais portugueses. Mas, à medida que fomos tomando consciência da nossa diversidade, a eles nos opusemos, num

¹¹⁷ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1990, p. 345.

¹¹⁸ CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, pp. 130.

¹¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 131.

esforço de auto-afirmação, enquanto, do seu lado, eles nos opunham certos excessos de autoridade ou desprezo, como quem sofre ressentimento ao ver afirmar-se com autonomia um fruto seu.¹²⁰

O que se travava, nesse contexto, era o processo dialético entre a realidade nacional e as influências européias sobre a nossa intelectualidade. Como lidar então com o complexo de inferioridade brasileiro senão rechaçando a herança cultural? O que tornava a questão ainda mais delicada era que em Portugal, onde os pensadores da Geração de 70 se autodenominavam “Vencidos da vida”,¹²¹ cristalizara-se a idéia de decadência e de desonra da nação portuguesa, levada à ruína pela monarquia retrógrada e atrasada, pela subserviência aos interesses ingleses e pelo atraso econômico e moral em que estava mergulhada a sociedade portuguesa. Daí ser natural que no Brasil “o sentimento de identidade que pudesse haver baseava-se mais em fatores negativos, pela oposição ao português”¹²², ainda que essa negação não resultasse em sentido de pertencimento a todos os brasileiros. Por esse viés, cabia ao discurso literário criar imagens, metáforas, linguagens, ou seja, representações da nação. Naquele momento, argumenta José Murilo,

Portugal e monarquia lembravam o domínio colonial, a força ainda atuante da presença portuguesa na economia, a tradição absolutista, a cultura retrógrada da antiga metrópole. De início um tanto abstrata, a idéia de América identificou-se aos poucos e cada vez mais com os Estados Unidos. A identificação da América com os Estados Unidos teve como consequência também a rejeição da tradição cultural ibérica vista como responsável pelo atraso do País. A literatura encontrou um caminho intermediário entre as duas propostas. Sem rejeitar a monarquia, o lado americano foi acentuado no indianismo romântico. Romances como *O Guarani* e *Iracema*, de José de Alencar, transmitiam uma visão romantizada do índio colocando-o no coração de uma imaginada identidade nacional.¹²³

O indianismo idealizava uma nação etnicamente pura, mesmo considerando todas as dificuldades que a miscigenação, a diversidade cultural e a contradição social conferiam à retórica romântica. Contudo, se esse discurso buscava uma identidade original, própria para a nação, pela representação do

¹²⁰ *Idem, ibidem*, p. 130.

¹²¹ A consciência crítica quanto à condição “inferior” de Portugal perante, principalmente, França e Inglaterra, é grande entre os escritores da Geração de 70 (Eça de Queiroz, Antero de Quental e Guerra Junqueiro).

¹²² CARVALHO, José Murilo de. “Brasil: nações imaginadas”. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, pp. 236-43.

¹²³ *Idem, ibidem*, p. 243.

índio, é porque era latente a distância entre o contexto nacional e a realidade das nações adotadas como referência social, econômica e cultural. Por outro lado, basear a identidade da nação em uma suposta etnia genuinamente nacional nos distanciaria ainda mais de nossos modelos europeus. A situação se agravava quando se percebia que a nossa identidade cultural, forjada na violência da colonização e no domínio do português, exigia um esforço de autodeterminação e de auto-afirmação contra os portugueses não apoiado no particular, mas em valores universais que nos aproximassem da parcela mais avançada da humanidade. Em resumo, a jovem nação precisava “acertar as contas” com sua herança e superar o descompasso.

Machado de Assis, no ensaio “Instinto de nacionalidade”, escrito em 1872, identificando na literatura criada até então a tentativa de construção da nacionalidade, questiona se nós, brasileiros, realmente possuíamos as condições e os motivos históricos para criarmos obras independentes, visto nossos modelos terem sido tomados de empréstimo do ocidente europeu. Machado questiona o fato de a crítica literária reconhecer como “nacionais” obras que tratam de assunto local, como o indianismo. “Não há dúvida que uma literatura, sobretudo um literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecem”,¹²⁴ argumenta. A questão era complexa e sua profundidade analisada com clareza por ele:

compreendendo que não está na vida indiana todo o patriotismo da literatura brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal, não se limitam os nossos escritores a essa só fonte de inspiração (...). Devo acrescentar que neste ponto manifesta-se às vezes uma opinião, que tenho por errônea: é a que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura. (...) O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.¹²⁵

O instinto de nacionalidade a que Machado se refere encontrava-se em uma literatura que, segundo ele, poderia, com o trabalho de gerações, dar fisionomia própria ao pensamento nacional, sem ignorar a herança cultural,

¹²⁴ ASSIS, Machado de. “Crítica literária”. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Editores, 1944, p. 139

¹²⁵ *Idem, ibidem*, pp. 137-39.

tornando o escritor homem de seu tempo e de seu país. Nesse mesmo diapasão, as linhas, ou os estilos de pensamento brasileiros, irão se ocupar de dois problemas caros aos intelectuais nas ciências sociais, na filosofia e mesmo nas artes no final do século XIX e início do século XX: a questão nacional e a modernização.

2.6.

Entre a “questão nacional” e a modernização do Brasil, como ser brasileiro?

Octavio Ianni, na coletânea de artigos sobre *O pensamento de Oliveira Vianna*,¹²⁶ avalia de que maneira pensadores como Alberto Torres, Oliveira Lima, Rui Barbosa, Lima Barreto, Machado de Assis, Manoel Bonfim, Jackson de Figueiredo, o próprio Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, entre outros, fascinados pelas indagações advindas destes temas, elaboraram interpretações, escolas, enfim, estilos de pensamento, ora divergentes, ora congruentes. O fato é que todos, segundo o autor, procuraram respostas para o que consideravam a precariedade ou o anacronismo, tanto do Estado como da sociedade civil brasileira, e buscaram, antes de tudo, compreender um país de base agrária, herdeiro de séculos de regime escravagista, a fim de explicar o presente, revolvendo o passado com vistas à “criação” de um futuro menos idiossincrático.

Um futuro em que o país, finalmente, deixaria de pertencer ao Terceiro Mundo e passaria à lista do privilegiado Primeiro Mundo (ainda que não houvesse esta classificação no período estudado), resolvendo o dilema que o impedia de “modernizar-se, racionalizar-se, progredir, tornar-se contemporâneo dos países mais adiantados, igualar-se aos que se acham na categoria dos desenvolvidos, industrializados, (...) civilizados”.¹²⁷ Aos olhos daqueles homens, sobretudo diante da complexidade do Brasil como nação, o que sem dúvida envolve aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, o desafio era analisar

as influências do absolutismo português na formação da sociedade brasileira, a importância e o peso do período colonial, as heranças do escravismo, raça e povo, litoral e sertão, regionalismo e diversidades regionais, oligarquias e

¹²⁶ BASTOS, Moraes (org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Unicamp, 1991.

¹²⁷ *Idem, ibidem*, p. 431.

sociedade nacional, agrarismo e industrialismo, migração, urbanização e industrialização, grupos e classes sociais, movimentos sociais e partidos políticos, arcaísmos e modernismos, presidencialismo e parlamentarismo, reforma e conciliação, centralismo e federalismo, desenvolvimento desigual e combinado, autoritarismo e democracia, educação e cidadania, cultural (sic), identidade e hegemonia, capitalismo e socialismo, novo mundo, Ocidente, extremo Ocidente, Oriente ou Terceiro Mundo. Além de suas especificidades, em geral esses problemas são compreendidos no âmbito da questão nacional e da modernização.¹²⁸

No Brasil daquele momento, a questão nacional e a modernização emergem como desafio para a classe intelectual, mas não relacionadas ao fortalecimento político das classes baixas ou populares. Não estimuladas a participar da formulação de um projeto nacional, sua presença e manifestações culturais ganham contorno de problema para a geração ilustrada, ou a inspirada nos ideais do romantismo. A convivência com hábitos e tradições de culturas consideradas menores, portanto, estimula as elites brancas e católicas, culturalmente homogêneas às da ex-metrópole,¹²⁹ a desconfiar de que ser brasileiro era menos uma certeza do que um conceito de aspecto indefinido, uma imagem difusa e sombreada. A pergunta que se colocava era como, diante daquela herança cultural, do legado deixado pelos Descobrimentos, seria possível criar uma nacionalidade.

A indagação sobre a nossa identidade cultural, já abordada pelos românticos¹³⁰ e intensificada nas décadas que antecederam o Modernismo, para aí se agudizar, traz o dilema de como inventar uma tradição, para usar a expressão de Eric Hobsbawm¹³¹, diante de gerações de brasileiros oriundos de variadas etnias, ligados por laços afetivos (nem sempre amistosos, principalmente quando se tratava da disputa por vagas no mercado de trabalho), culturais e econômicos. Os estilos de pensamento convergiam, sobretudo quando se tratava de afirmar que o Brasil carecia de resolver os impasses que o mantinham fora de um tempo e de um lugar no mundo ocidental, ou do universo cultural europeu e norte-americano.

¹²⁸ *Idem, ibidem.*, p. 429.

¹²⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Modernidade e questão nacional*. Lua Nova: revista de cultura política. São Paulo, (20): 41-68, maio 1990, p. 50.

¹³⁰ Para Lúcia Lippi Oliveira, a tensão entre o ideal racional e a realidade histórica marca o pensamento romântico, que valoriza o que é singular em cada cultura. No Brasil, ele vai procurar a peculiaridade, a originalidade do país na natureza, nas florestas, índios e animais. *Idem, ibidem*, p. 54.

¹³¹ HOBBSAWM, Eric, & RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*, 2. ed., trad. Celina Cardim Cavalcanti, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

A indagação que emergia era a seguinte: sendo a História a matriz teórica que legitima os conceitos de evolução e de progresso empregados pelos homens para atuar no mundo naquele momento, como lidar com aqueles mesmos conceitos no Novo Mundo? O que seduzia os homens de letras brasileiros, sem dúvida, como explica Afrânio Coutinho, era “a ‘idéia nova’, o materialismo, o anticlericalismo, o agnosticismo, o determinismo, o evolucionismo, o positivismo, sob a égide de Comte, Spencer, Darwin, Bucke, Taine, etc.”.¹³² Daí surgirem teorias sobre o caráter nacional brasileiro e a realidade nacional orientadas pelas linhas do pensamento social em voga na Europa, alimentando os debates acerca do nacionalismo e da modernização.

Estas linhas, ou estilos de pensamento, desde o início da Primeira República, ora apresentavam discursos e narrativas que afirmavam a tradição monárquica, a presença da Igreja e a herança colonial portuguesa; ora se caracterizavam pelo ideal de um projeto nacional que cortasse as amarras do domínio e da presença lusa na vida socioeconômica do país, tendo esta vertente incluído a atuação bastante significativa e conturbada, no final do século XIX, e também na segunda década do século XX, de uma ala mais radical do republicanismo; ora ecoavam a fala dos cientificistas que profetizavam, com base em concepções de raça e determinismo geográfico, um destino nada promissor para o país; ora traziam à superfície o discurso ufanista, que se apoiava na exaltação do meio (a vegetação, o clima, os rios, as riquezas do solo) e na comunhão de raças para celebrar a crença em um futuro bastante otimista para a nação brasileira.¹³³

Embora conceitualmente divergentes, as perspectivas sobre a realidade nacional cruzavam-se em um ponto de interseção comum: era preciso superar o “atraso”, considerado fruto de determinações socioeconômicas, históricas, políticas, climáticas, raciais e geográficas, por meio de estratégias ideológicas que permitissem integrar o Brasil ao mundo moderno. Todas, ainda que se apoiassem em discursos antagônicos, não deixavam de buscar soluções para o desconforto, o sentimento de inadequação que a nossa realidade provocava nas elites nacionais. Como afirma Roberto Schwarz, essa experiência “pode ser e foi interpretada de

¹³² COUTINHO, Afrânio. “Introdução”. *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. pp. 5-13. 1965, p. 5. *Apud* OLIVEIRA, Lucia Lippi, *op.cit.*, p. 56.

¹³³ OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, pp. 23-24.

muitas maneiras, por românticos, naturalistas, modernistas, esquerda, direita, cosmopolitas, nacionalistas, etc., o que faz supor que corresponda a um problema durável e de fundo”.¹³⁴

Ao longo da Primeira República, o pensamento social brasileiro conservador, anglófilo, lusófilo e antiamericano, combate o militarismo exacerbado do governo e defende o liberalismo imperial, o catolicismo e as tradições portuguesas; a linha republicana e progressista oscila entre o nacionalismo radical jacobino, de cunho anti-inglês e antilusitano, o nacionalismo ufanista e o cosmopolitismo europeizante. Sem dúvida, todas as correntes ideológicas, os autores e narrativas textuais que marcaram o período levaram para a pauta das discussões filosóficas a operação de construção/desconstrução/reconstrução de nossa identidade, cada qual arregimentada por grupos da elite conscientes de que o Brasil carecia de respostas para a sua realidade cultural. No dizer de Alfredo Bosi,

nos países de extração colonial, as elites, na ânsia de superar o desenvolvimento que as sufoca, dão às vezes passos largos no sentido da atualização literária: o que, afinal, deixa ver um hiato ainda maior entre as bases materiais da nação e as manifestações culturais de alguns grupos. É verdade que esse hiato, coberto quase sempre de arrancos pessoais, modas e palavras, não logra ferir senão na epiderme aquelas condições, que ficam como estavam, a reclamar uma cultura mais enraizada e participante. E o sentimento do contraste leva a um espinhoso vaivém de universalismo e nacionalismo, com toda a sua seqüela de dogmas e anátemas.¹³⁵

Esse sentimento de contraste que, nas palavras de Bosi, leva a um vaivém de universalismo e nacionalismo, é quase sempre baseado em “importações ideológicas”¹³⁶ de perfil eurocêntrico, em que modelos de pensamento (como a ideologia do branqueamento e da miscigenação, por exemplo),¹³⁷ na tentativa de

¹³⁴ SCHWARZ, Roberto. “Nacional por subtração”. In: *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2005: p. 109.

¹³⁵ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1989, p. 344.

¹³⁶ VENTURA, Roberto. *op. cit.*, p. 62.

¹³⁷ Grosso modo, estas ideologias, difundidas nas últimas décadas do século XIX, sendo Lapouge e Gobineau as figuras teóricas centrais do racismo naquele século, conferem à raça branca um papel preponderante na mistura das três raças (brancos, negros e índios) rumo ao branqueamento da população brasileira. Essa historiografia procura dar conta da gênese da nação e oferecer à elite um sentido de homogeneidade, com predomínio do branco civilizador e intelectualmente superior. “A natureza deixou de ser espaço de contemplação estética ou de projeção filosófica, para se tornar solo que integra e dá identidade às matrizes étnicas e culturais, lançadas aos trópicos pela história universal”. In: VENTURA, Roberto. *op. cit.*, p. 43. Sobre a ideologia do branqueamento ver SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*.

eliminar a contradição entre a realidade étnica, geográfica e climática, o determinismo científico e o liberalismo progressista, tornam-se “moeda corrente no debate político e cultural brasileiro no último quartel do século XIX, redefinido(s) e adaptado(s) às condições locais”.¹³⁸ Orientados por ideologias importadas da Europa, muitos procuraram nelas o arcabouço teórico de que necessitavam para atenuar suas próprias inquietações.

a verdade é que, admiradas com o grande desenvolvimento econômico e militar das potências europeias, as elites coloniais, ou de passado colonial (exceto os EUA), passaram realmente a admitir o modelo europeu como padrão absoluto. Daí, também, como corolário, admitiam a sua teoria das raças. (...) Ciência, raça e civilização constituíam, pois, um sistema indefectível de crenças e valores que sustentavam o domínio europeu sobre o mundo até a I Guerra Mundial. Traduziam-se por uma forma típica de economia, sociedade e organização política, tidos como indiscutivelmente superiores. Cabia somente adequar-se a eles o mais perfeitamente possível (...).¹³⁹

Os intelectuais, ao refletirem sobre as teorias científicas, ora negaram, ora enalteceram a mestiçagem – por vezes valorizando o elemento português como instrumento de branqueamento da população, por outras rechaçando a herança portuguesa, a fim de não condenar o Brasil, em ambos os casos, ao atraso e à barbárie. É fato que eles se sentiam incomodados com o próprio país e buscavam respostas para esta percepção, como enfatiza Roberto Ventura:

os sistemas de pensamento europeus foram integrados de forma crítica e seletiva, segundo os interesses políticos e culturais das camadas letradas, preocupadas em articular os ideários estrangeiros à realidade local. O racismo científico assumiu uma função interna, não coincidente com os interesses imperialistas, e se transformou em instrumento conservador e autoritário de definição da identidade social da classe senhorial e dos grupos dirigentes, perante uma população considerada étnica e culturalmente inferior. As concepções racistas se tornaram parte da identidade das elites em uma sociedade hierarquizada e estamental, com grande participação de escravos, libertos e imigrantes no trabalho produtivo.¹⁴⁰

Para aquela sociedade hierarquizada e estamental, ainda que a valorização da mestiçagem e a ideologia do branqueamento atenuassem a presença de um “problema” sem solução, os negros e índios, sua propagação não deixava de acentuar outro percalço: a presença nada acalentadora dos imigrantes,

¹³⁸ Grifos nossos. VENTURA, Roberto. *Op. cit.*, p. 62.

¹³⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*, p. 124.

¹⁴⁰ VENTURA, Roberto. *Op. cit.*, p. 60.

principalmente portugueses, pobres. Essas imagens – do negro, do mulato, do índio e do imigrante pobre – funcionaram, e por vezes ainda funcionam – como justificativa para o “atraso” da sociedade brasileira, que recorre a bodes expiatórios para lidar com inseguranças individuais e coletivas e para buscar uma possível identidade cultural para um país mestiço e profundamente desigual.

De fato, o discurso favorável à miscigenação como fator de branqueamento da população, impregnado de racismo e também de idéias baseadas no racismo¹⁴¹ não somente contra negros e mulatos, mas também contra estrangeiros, principalmente portugueses, procurou superar o impasse para o problema da nacionalidade e da modernização na Primeira República. “O fim do tráfico, a baixa natalidade da população negra e a grande imigração européia que se desenvolveu a partir da última década do século XIX favoreciam o ideal de branqueamento”.¹⁴² Um segundo viés, agora calcado na grandeza territorial e nas qualidades das raças que constituíram o brasileiro, também buscou acalantar a insegurança quanto ao desempenho do país no concerto das nações modernas. O ufanismo nacionalista, cuja expressão máxima foi o livro do monarquista Affonso Celso, *Por que me ufano de meu país*, exalta o Brasil pelo encontro das três raças¹⁴³ e pela valorização do meio (o clima, a natureza, o solo). Sua pauta atribuía à mescla de etnias a originalidade de nossa formação e vinha imbuída da crença em um futuro promissor pelas qualidades inatas do país. Contudo,

é útil lembrar a penetração do eurocentrismo da segunda metade do século XIX no Brasil. Os intelectuais brasileiros da geração de 70 (Silvio Romero, Clóvis Bevilacqua, etc.) sentiam-se ameaçados pelas teorias mesológicas (Buckle etc.) e racialistas (Gobineau, Le Bon, etc.) que condenavam o Brasil à inviabilidade civilizatória. O luso, que historicamente se havia fundido com os ameríndios e

¹⁴¹ Segundo Todorov, o racismo é um movimento de idéias nascido na Europa ocidental e fortalecido de meados do século XVIII a meados do século XX, cuja “família intelectual” é o cientificismo – que se caracteriza pela afirmação de um determinismo integral (do moral com o físico e do indivíduo com o grupo) e pela exigência feita à ciência de formular os objetivos da sociedade e indicar os meios legítimos para atendê-los. De acordo com os defensores desta doutrina, a partir da certeza científica de que o indivíduo é impotente face à raça, o racista chega a um conjunto de preceitos referentes à vida prática, pois a moral deve se submeter à ciência. TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p. 111- 170.

¹⁴² CARVALHO, José Murilo de. *Brasil: nações imaginadas*.

¹⁴³ O naturalista bávaro Carl Friedrich von Martius destacou, em sua dissertação premiada em concurso para eleger o melhor plano para a história do Brasil, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1840, a mescla de raças no Brasil. O elemento português, para Martius, seria preponderante para a originalidade desta nova civilização luso-brasileira que compunha o Brasil. Mas o ufanismo foi finalmente exaltado anos mais tarde, com a publicação do livro de Affonso Celso, em 1900.

africanos, não poderia ser exaltado com base nessas teorias. A tradição integracionista e sincretizante dos tempos mouros, em vez de ser uma virtude, desqualificava o lusitano aos olhos dos racialistas. Em paralelo, para a vertente positivista em voga, a matriz ibérica apresentava as características de um atraso sociológico, não sendo, portanto, fonte adequada nem de referência nem de exaltação no curso histórico. Portugal, sem chaminés e sem ocupar papel de vanguarda no desenvolvimento científico, com a soberania erodida pelas potências européias, não servia como fonte de inspiração para o futuro brasileiro.¹⁴⁴

Em resumo, o pensamento social do período passa a compor discursos fundadores da nacionalidade, da identidade nacional, baseados no determinismo científicista, no evolucionismo, na civilização, na missão educativa e messiânica da elite intelectual, reverberando as tensões que sofria a vida nacional, procurando respostas para a nossa identidade cultural. Por essa razão, os intelectuais acreditavam ser indispensável à modernização do país uma elite preparada para desenvolver e incentivar as aspirações populares. Em outras palavras,

essa civilização “litorânea”, voltada para a Europa, à espera de novos figurinos e novos livros, não era um luxo, um requinte, uma alienação da realidade: compreendendo que o Brasil era, como é, uma nação tipicamente ocidental – e não apenas “portuguesa”, como muito menos o era “indígena” ou “africana” – estes homens buscaram os instrumentos capazes de integrar-nos, de vez, na grande comunidade euro-americana; ao invés de se entregarem a uma suposta realidade brasileira, procuravam criá-la pela ação educativa da lei, da escola, da imprensa, do livro. (...) no conjunto, as idéias que triunfaram são exatamente aquelas que melhor servem ao propósito de integração do país na cultura ocidental, confundida com a humanidade; são as doutrinas que nos trazem uma filosofia progressista da história e que dão um sentido ecumênico aos acontecimentos que se verificam no país.¹⁴⁵

Ou seja, o objetivo não era apenas reconhecer o “problema” Brasil, mas compreender suas origens para reconstruir um país em compasso com a experiência ocidental. Portanto, a dialética entre universalismo (a aceitação de teorias importadas da Europa para explicar a nossa formação nacional) e nacionalismo (a análise da realidade brasileira segundo as variações de raça e meio), torna-se o exercício empregado pelos intelectuais do pensamento brasileiro para explicar ou compreender a questão nacional e a modernização do Brasil.

¹⁴⁴ LESSA, Carlos. *Op. cit.*, p. 46.

¹⁴⁵ BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: USP, Boletim N° 241 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1969, pp. 25-26.

Esse panorama também revela as tintas das ideologias em conflito: o tradicionalismo agrário mal ajustado à mente inquieta dos centros urbanos, bastante permeável aos influxos europeus e norte-americanos na sua faixa burguesa e rica de fermentos radicais nas suas camadas média e operária.¹⁴⁶ E será no âmbito dos centros urbanos, e principalmente entre os integrantes da ala social impregnada de fermento radical, que a problematização das relações luso-brasileiras, pelo viés da questão nacional e da modernização, irá ocorrer. Nesse mesmo momento, na contramão deste movimento, João do Rio vai dar início ao que classifica de “abraço espiritual” com a nação portuguesa, no livro *Portugal d’agora*. É o que será examinado no próximo capítulo.

¹⁴⁶ BOSI, Alfredo. *Op. cit.*, p. 342.